



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

MEMÓRIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONASQ
Auditório da Unidade VI do Ministério da Saúde – Setor Comercial Sul - Brasília/DF
Brasília-DF, 23 de março de 2011. Horário: 9h30 às 17h

Coordenação da Reunião: Sérgia de Souza Oliveira (MMA)
Relatoria: Marília Passos Torres de Almeida (MMA)

Instituição	Representante	e-mail
Representantes Titular ou Suplente		
ABEMA	Jorge Luiz Nobre Gouveia	tdoe@cetesbnet.sp.gov.br
ABIQUIM	Gilson Spanemberg	gilson@abiquim.org.br
CUT	Itamar José Rodrigues Sanches	itamar_sanches@uol.com.br
FBOMS	André Luiz Dutra Fenner	andrefenner@hotmail.com
FIOCRUZ	Ary C. de Miranda	ary@fiocruz.br
FUNDACENTRO	Fernando Vieira Sobrinho	fernando@fundacentro.gov.br
IBAMA	Marisa Zerbetto	Marisa.zerbetto@ibama.gov.br
MCT	Márcia dos Santos Gonçalves	mgoncalves@mct.gov.br
MDIC	Hearle Vieira Calvão	Hearle.calvao@mdic.gov.br
	Sílvia Maria Sundfeld	Silvia.sundfeld@mdic.gov.br
MMA	S Sérgia de Souza Oliveira	sergia.oliveira@mma.gov.br
MS	Jorge Mesquita Huet Machado	Jorge.huet@saude.gov.br
	Guilherme Franco Netto	Guilherme.netto@saude.gov.br
MT	Cibele Dutra de França	Cibele.franca@transportes.gov.br
UnB	Fernanda Vasconcelos de Almeida	fernandaalmeida@unb.br
USP	Eny Maria Vieira	eny@iqsc.usp.br
Ausentes		
MMA/ASIN	Ausência justificada	
ANVISA	Ausência justificada	
MI	Ausência não justificada	
OPAS	Ausência justificada	
MAPA	Ausência não justificada	
Demais Participantes		
MME	Wilma dos Santos Cruz	Wilma.cruz@mme.gov.br
MTE	Grasiele A.T.S. Ribeiro	Grasiele.silva@mte.gov.br
MRE	João Carlos de O. Moregola	Joao.moregola@itamaraty.gov.br
MMA/SMCQ/DQAM	Ana Paula Pinho Rodrigues Leal	Ana.pinho@mma.gov.br
	Marília Passos T. De Almeida	marilia.almeida@mma.gov.br
	Sabrina Gimenes de Andrade	Sabrina.andrade@mma.gov.br
CGVAM/DSAST/MS	Priscila Campos Bueno	Priscila.bueno@saude.gov.br

	Maria Amélia Estrela	Maria.estrela@saude.gov.br

12 **1. Abertura**

13 *A representante do MMA* iniciou a reunião, dando boas-vindas e agradecendo a presença de
14 todos. Agradeceu também aos representantes do MS pela disponibilização do auditório para a
15 reunião. Em seguida, houve uma rodada de apresentação, com posterior aprovação da Pauta da 30ª
16 Reunião Ordinária.

17 Na sequência, a Memória da 29ª Reunião Ordinária foi aprovada sem alterações,
18 encontrando-se disponível no site da Gerência de Segurança Química do MMA.

19 Após isso, *a representante do MMA* passou a palavra à *Gerente de Segurança Química do*
20 *MMA, Sra. Ana Paula Pinho Rodrigues Leal*, para iniciar a apresentação do primeiro ponto da
21 pauta

22 **2. Pauta:**

23 **2.1 Apresentação das ações institucionais por Linhas de Ação – Atualização do PRONASQ**

24

25 *A Gerente de Segurança Química do MMA* explicou que, em cumprimento à deliberação da
26 29ª Reunião Ordinária da CONASQ, o MMA organizou as informações referentes às ações
27 institucionais apontadas no levantamento feito anteriormente, inserindo-as nas Linhas de Ação
28 desenhadas pelo GT Agenda. Em seguida, o MMA enviou o documento às instituições da
29 CONASQ para complementarem as informações que estivessem faltando. O MMA consolidou o
30 documento, para apresentação na presente reunião.

31 *A Analista Ambiental da Gerência de Segurança Química do MMA, Marília Passos Torres*
32 *de Almeida*, que contribuiu para a consolidação do documento, explicou inicialmente que teve
33 dificuldades em inserir nas 5 Linhas de Ação desenhadas pelo GT Agenda as ações institucionais de
34 pesquisa e, por esta razão, criou um novo campo, que denominou “Linha de Ação de Pesquisa” para
35 enquadrá-las, aguardando da Plenária uma manifestação sobre isso.

36 Um debate sobre pesquisa foi iniciado, em que as principais idéias discutidas foram:

37 –Tendo em vista que o universo de pesquisas sobre o tema é bastante amplo, o ideal seria elencar de
38 forma genérica as linhas de pesquisa, ao invés de citar nominalmente as pesquisas levantadas, que
39 são desenvolvidas no âmbito das instituições da CONASQ.

40 –As pesquisas produzidas pelas universidades estão desconectadas das ações e programas do
41 governo, havendo um distanciamento entre os centros acadêmicos e os órgãos públicos.

42 –É importante que se identifique que tipo de conhecimento/pesquisa é estratégico para ser
43 produzido com foco na execução do PRONASQ, sendo papel da CONASQ a articulação das
44 pesquisas ao programa. Os representantes da academia na CONASQ poderão subsidiar a
45 coordenação na definição das linhas de pesquisa prioritárias e sugerem que elas sejam apresentadas

46 aos órgãos de fomento para obterem financiamentos específicos, considerando a importância
47 estratégica para o país.

48 –Embora seja importante uma discussão sobre pesquisa, não devemos perder o foco do debate, que
49 é construir uma agenda para a CONASQ a partir da atualização do PRONASQ.

50 Encaminhamento: Não há necessidade de ser criada uma nova Linha de Ação para Pesquisa,
51 devendo os trabalhos científicos serem encaixados nas 5 Linhas de Ação aprovadas pela Plenária da
52 CONASQ na 29ª R.O. O GT Agenda deve voltar a se reunir, com o propósito de agregar as ações
53 institucionais apontadas no levantamento em Programas do PRONASQ, para apresentação na
54 próxima reunião da CONASQ. Foi definida uma nova composição para o GT Agenda: MAPA,
55 FIOCRUZ, OPAS, FBOMS, ABIQUIM, IBAMA, MME e MS, sob a coordenação deste. Uma data
56 para a reunião será sugerida por email pelo representante do MS. O MMA, que estava coordenando
57 o GT até então, enviará aos membros do GT todas as informações necessárias para subsidiar o
58 trabalho do grupo: memórias de reuniões, listas de contatos, planilha das ações.

59 Quanto ao GT Estratégico, que já teve um encontro no dia 15 de março, pré-agendou um
60 outro encontro para o mês de maio, com o objetivo de finalizar as discussões sobre a minuta de
61 decreto da CONASQ. O MMA enviará email aos membros do GT para confirmar a data.

62 **2.2 Calendário da CONASQ 2011**

63 Passando-se para o calendário de reuniões e eventos da CONASQ, a *Analista Ambiental da*
64 *Gerência de Segurança Química do MMA, Marília Passos Torres de Almeida*, explicou que na
65 planilha ora apresentada constam as reuniões da CONASQ para o ano de 2011, em conformidade
66 com as datas aprovadas na 29ª R.O., bem como os eventos que foram informados por email pelos
67 representantes da CONASQ. O calendário está aberto para acréscimo de novos eventos, podendo
68 ser atualizado durante todo o ano, por sugestão de membro da Comissão.

69 Alguns membros presentes ficaram de enviar, por meio eletrônico, informações sobre
70 eventos.

71 **2.3. Implementação nacional da Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas (CPAQ)**

72 Dando sequência à reunião, a *representante do MMA* deu a palavra à *representante do MCT*
73 para fazer relato sobre as ações desenvolvidas no âmbito de sua instituição para a implementação da
74 CPAQ, conforme encaminhamento da 29ª R.O da CONASQ.

75 A *representante do MCT* falou que, embora o Brasil não seja declaradamente um país de
76 armamento químico, aderiu à Convenção pelas vantagens que proporciona. Explicou que o MCT é
77 o órgão responsável pela implementação da Convenção no país, que tem como objetivo a extinção
78 da produção, pesquisa, desenvolvimento e estocagem de todas as armas químicas e instalações
79 produtoras, bem como o controle de substâncias químicas tóxicas passíveis de serem utilizadas
80 nessas armas. Para este fim, a Convenção adota como fundamentos: o desarmamento, a não-
81 proliferação de armas químicas de destruição em massa, a assistência e proteção e a cooperação
82 internacional.

83 Explicou que as substâncias tóxicas controladas dividem-se em três categorias- tabelas 1, 2 e

84 3, listadas no Anexo de Substâncias Químicas - conforme o seu potencial de risco aos objetivos da
85 Convenção e segundo o seu grau de aplicação pacífica, notadamente em atividades industriais.
86 Além dessas substâncias, os Estados-Partes devem prestar informações sobre uma quarta categoria
87 de substâncias, denominadas de orgânicas simples e/ou contendo fósforo (P), enxofre (S) ou flúor
88 (F) (DOC/PSF).

89 Citou a legislação nacional que implementa a convenção, bem como portarias do MCT que
90 disciplinam o controle de importação e exportação das substâncias objeto da Convenção. Falou da
91 Autoridade Nacional Brasileira, que é uma comissão interministerial que acompanha a
92 implementação da CPAQ.

93 Falou que o MCT exerce o controle de exportação e importação de 934 substâncias químicas
94 (objeto da Convenção), atuando como anuente no Sistema Integrado de Comércio Exterior-
95 *SISCOMEX*. O MCT também acompanha as inspeções internacionais de armas químicas em
96 indústrias brasileiras e detalhou como elas acontecem e são organizadas. Frisou que as inspeções de
97 rotina tem por objetivo verificar se, realmente, as substâncias não estão sendo produzidas para fins
98 bélicos.

99 Explicou as obrigações dos Estados-Partes de prestar regularmente declarações sobre:
100 quantidades das substâncias químicas que são controladas pela Convenção, que sejam consumidas,
101 processadas, importadas ou exportadas; locais de produção e armazenamento; e origem e destino
102 das transações comerciais envolvendo tais substâncias.

103 Por fim, falou da importância da Convenção e divulgou eventos realizados pelo MCT em
104 2010 para a implementação no Brasil da CPAQ. Ainda falou que existem linhas de financiamento
105 do Secretariado da Convenção disponíveis às Partes.

106 O *representante da ABEMA* registrou a importância de que o Secretariado possa financiar
107 compra de equipamentos para vistoria de ameaças químicas. Mencionou que o Brasil precisará
108 adquirir esse tipo de equipamento, por conta dos grandes eventos que serão realizados no país nos
109 próximos anos.

110 A *representante do MMA* agradeceu à *representante do MCT* pela explanação, tendo sido
111 muito interessante o aprendizado proporcionado a todos.

112 **3. Informes**

113 **3.1. Minuta de Decreto de criação da Comissão Nacional do Sistema Globalmente** 114 **Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS)**

115 Após o intervalo, a *representante do MMA* retomou a reunião, convidando o *representante*
116 *do MDIC*, para fazer o informe sobre a Minuta de Decreto de criação da Comissão Nacional do
117 GHS.

118 O *representante do MDIC* iniciou sua exposição, apresentando um histórico sobre o Grupo
119 Interministerial para Implementação do GHS (GT-GHS), instituído pelo Decreto de 26/06/2007,
120 tendo sido coordenado pelo MDIC e auxiliado pelo MTE e pelo MS. Falou sobre as atribuições do
121 GT, que ficou instalado por três anos, citando as atividades que foram realizadas, dando enfoque ao

122 inventário setorial e suas conclusões. O GT também concluiu pela criação de Comitê Nacional de
123 Implementação e Acompanhamento do GHS (CN-GHS), um órgão colegiado com atribuição de
124 acompanhar a implementação e atualização do GHS no país; basicamente composto pelos órgãos
125 que compõem o GT-GHS, mas deve, especialmente, contar com a participação de representantes
126 dos órgãos reguladores. O setor privado receberá convite para compor o CN-GHS. Será coordenado
127 pelo INMETRO, com auxílio do MTE, e sua criação se dará mediante Decreto.

128 *A representante do MMA* comentou que sentiu a ausência do próprio MDIC na composição
129 do CN-GHS, que agora delegou a missão para o INMETRO. Comentou que o IBAMA também não
130 consta na minuta do Decreto que circulou entre as instituições para análise, registrando a opinião de
131 que a participação deste Instituto no Comitê é importante. Nesse sentido, informou que o MMA já
132 encaminhou a minuta de Decreto àquele Instituto, solicitando manifestação quanto avaliação de
133 pertinência de o IBAMA figurar entre as instituições que deverão compor o CN-GHS.

134 **3.2. Proposição de criação do Comitê Diretor do Projeto PCB**

135 *A representante do MMA* convidou a *Analista Ambiental da Gerência de Resíduos*
136 *Perigosos do MMA, Sra. Sabrina Andrade*, para falar sobre informe em tela. Ela iniciou sua
137 exposição, falando sobre o Projeto de Cooperação Técnica do MMA – “Projeto PCB” –
138 desenvolvido em parceria com o Programa das Nações Unidas (PNUD) e o Global Environment
139 Facility (GEF), que, com duração de 4 anos, tem por objetivo atingir uma gestão sustentável das
140 Bifenilas Policloradas- (PCBs), classificadas como Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), no
141 âmbito da Convenção de Estocolmo.

142 *A Analista* falou sobre os resultados esperados do Projeto PCB e sobre os 04 Grupos de
143 Trabalho instituídos para subsidiar o Coordenador Técnico do Projeto: (1) Legislação e Integração
144 Governamental, (2) Questões Técnicas sobre Gestão de PCB, (3) Laboratório, Inventário e
145 Etiquetagem, (4) Comunicação, Divulgação Pública e Consulta a Atores. Fez uma breve exposição
146 sobre a estrutura de implementação do Projeto, elencou algumas ações já realizadas e falou sobre os
147 próximos passos. Informou que todos os documentos do Projeto PCB, bem como outras
148 informações relevantes sobre o mesmo estão disponíveis no site do MMA.

149 Quanto à criação de um Comitê Diretor do Projeto PCB, que seria nos mesmos moldes do
150 Grupo Nacional Coordenador do Projeto NIP, já criado no âmbito da CONASQ, explicou que suas
151 principais atribuições seriam: (1) acompanhar a execução do projeto; (2) acompanhar o
152 desenvolvimento das atividades e cronograma estabelecido; (3) sugerir intervenções que se fizerem
153 pertinentes; (4) avaliar a aplicação dos recursos para as diferentes atividades; (5) manter contatos e
154 participar das reuniões com a equipe do projeto. O Comitê seria composto por representantes do
155 governo federal (a exemplo: MMA, MDIC, MS, MME, MCT, IBAMA, ANVISA), governos
156 estaduais, companhias de energia elétrica, outras indústrias possuidoras de PCB e representantes de
157 ONGs.

158 Foi comentada ainda a importância da participação da CONASQ na divulgação dos Termos
159 de Referência para contratação de consultorias no âmbito do Projeto.

160 *A representante do MMA* falou que Comitê Diretor do Projeto PCB será formalizado por
161 portaria ministerial, e a solicitação de indicação de representantes será endereçada aos superiores

162 dos representantes da CONASQ, com cópia para eles.

163 **3.3. Formação de Grupo de Trabalho sobre Mercúrio.**

164 *A representante do MMA* introduziu o informe, falando que o Termo de Referência (anexo)
165 para formação do GT Mercúrio foi elaborado pela FBOMS, agradecendo a iniciativa.

166 *O representante da FBOMS* explicou que o documento foi construído conjuntamente com a
167 ABIQUIM, e que o objetivo do GT deve ser elaborar e propor posições governamentais, estratégias,
168 diretrizes, programas, planos e ações sobre o instrumento internacional vinculante para o Mercúrio
169 no país.

170 *A representante do MMA* comentou que o enfoque do TR proposto está focado,
171 basicamente, no processo de negociação do Instrumento Juridicamente Vinculante sobre o
172 Mercúrio, atualmente em curso em âmbito internacional. Nesse sentido, manifestou a importância
173 de que o MRE também avalie o documento.

174 Ao contrário da composição sugerida no TR, *a representante do MMA* deu a opinião de que
175 o GT deve ser formado apenas por instituições da CONASQ, que, a depender da pauta das
176 discussões, avaliarão a necessidade de convidarem outras instituições, públicas ou privadas.
177 Também defendeu que o grupo deve ter como foco a discussão e a proposição de estratégias e
178 diretrizes para o Instrumento Juridicamente Vinculante sobre o Mercúrio, de modo a subsidiar a
179 formação de posições de governo, enfatizando, contudo, que esta se dá no âmbito dos órgãos
180 federais, em reunião de coordenação com o MRE.

181 Registraram interesse em participar do GT: a Fundacentro, o MTE, o MS, o MDIC, o MME
182 e a CUT.

183 Encaminhamento: Inicialmente, o MMA, o MRE e a FBOMS discutirão entre si melhorias
184 no documento do Termo de Referência. Em seguida, as instituições que manifestaram interesse em
185 compor o GT formarão um GT provisório, que deverá se reunir antes da próxima reunião ordinária
186 da CONASQ.

187

188 **4. Encaminhamentos**

189 1º) O GT Agenda deve voltar a se reunir, com o propósito de agregar as ações institucionais
190 apontadas no levantamento em Programas do PRONASQ, para apresentação na próxima reunião da
191 CONASQ. Uma data para a reunião será sugerida por email pelo representante do MS, agora
192 exercendo a coordenação do grupo.

193 2º) O MMA atualizará o calendário de reuniões e eventos da CONASQ, mediante informações a
194 serem enviadas pelos representantes da Comissão, para divulgação.

195 3º) O MMA enviará às instituições da CONASQ solicitação para indicação de representantes para
196 compor o Comitê Diretor do Projeto PCB.

197 4º) O MMA, o MRE e a FBOMS discutirão melhorias no documento do Termo de Referência para

198 formação do GT do Mercúrio. Em seguida, as instituições que manifestaram interesse em compor o
199 GT (Fundacentro, MTE, MS, MDIC, MME e CUT, além do MMA e da FBOMS) formarão um GT
200 provisório, que deverá se reunir antes da próxima reunião ordinária da CONASQ.

201 Antes do encerramento da reunião, a *representante do MCT* sugeriu que, concluído o
202 trabalho do GT Estratégico, a CONASQ promova um seminário com o objetivo de dar
203 conhecimento à sociedade e ao próprio governo de suas ações.

204 O *representante do MS* concordou com a colega e sugeriu que este seminário poderia fazer
205 parte da grade de eventos do Rio +20, a se realizar no próximo ano.

206 Nada mais havendo a tratar, a *representante do MMA* agradeceu a presença de todos e
207 encerrou a reunião.

208

ANEXO

209

Proposta da FBOMS

210

211

Termo de Referência

212

Grupo de Trabalho sobre o Mercúrio

213

214 **1- Antecedentes**

215 O mercúrio é reconhecido como um produto químico de interesse global devido ao seu transporte a
216 longa distância na atmosfera, a sua persistência no ambiente, a sua capacidade de bioacumulação
217 nos ecossistemas e seus efeitos negativos significativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.
218 No último século os níveis de mercúrio no ambiente global triplicaram como resultado da crescente
219 poluição devido aos usos industriais, medicinais e domésticos (residencial ou ocupacional). Este
220 crescimento alarmante da poluição por mercúrio, pouco divulgado pela mídia, tem aumentado
221 exponencialmente o risco de exposição perigosa e fatal para todas as pessoas, bem como para a vida
222 na selvagem e para os ecossistemas, e ameaça por muito tempo a segurança dos peixes como uma
223 das mais importantes fontes mundiais de proteínas.

224 O mercúrio pode produzir uma gama de efeitos adversos à saúde humana, incluindo danos
225 permanentes no sistema nervoso, em particular o desenvolvimento do sistema nervoso. Devido a
226 esses efeitos, e também porque o mercúrio pode ser transferido de uma mãe para o feto, bebês,
227 crianças e mulheres em idade fértil são consideradas populações vulneráveis. A poluição por
228 mercúrio compromete os direitos humanos mais básicos – a vida, os alimentos, a água pura, os
229 ambientes de trabalho, a saúde ambiental, e os direitos dos povos indígenas de preservar seus meios
230 tradicionais de vida e obtenção de alimentos. Esses direitos básicos estão ameaçados pelos
231 compostos de amálgamas dentárias com mercúrio, vacinas, e em frutos do mar (pescados), e a
232 transferência de mercúrio dos países mais ricos e desenvolvidos para as nações mais pobres e
233 menos desenvolvidas.

234 Neste contexto, O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA tem trabalhado
235 para resolver questões de mercúrio desde 2003. Conforme o Relatório de Avaliação Global do
236 Mercúrio do PNUMA indicaram, a despeito das lacunas de dados existentes em nosso entendimento
237 sobre como o mercúrio afeta negativamente a saúde humana e ambiental, ações internacionais para
238 tratar do problema global do mercúrio não devem ser adiadas. O Conselho Executivo de
239 Administração do PNUMA adotou em fevereiro de 2009 a decisão 2/5 sobre a decisão de preparar
240 um instrumento global juridicamente vinculativo sobre o mercúrio.

241

242 **2- Objetivo**

243 O GT-Mercúrio tem o objetivo de elaborar e propor posições governamentais, estratégias, diretrizes,
244 programas, planos e ações sobre o instrumento internacional vinculante sobre o Mercúrio - no País.

245 **3- Escopo**

246 O GT-Mercúrio deverá identificar e envolver atores, públicos ou privados, que, direta ou
247 indiretamente venham a sofrer os impactos pela questão do Mercúrio no Brasil, estimulando a
248 parceria, sinergia e complementaridade das ações, respeitadas as especificidades de competência
249 atuação dos órgãos governamentais;

250 O GT-Mercúrio realizará a divulgação do andamento das negociações do Comitê
251 Intergovernamental Negociador de um instrumento vinculante sobre o Mercúrio e buscará
252 conscientizar a sociedade civil (ONGs, Sindicatos, Institutos de Pesquisa, Indústria) e o governo em
253 relação aos impactos do Mercúrio sobre o meio ambiente, a saúde humana, o comércio
254 internacional e as atividades que utilizam o produto.

255 O GT-Mercúrio poderá convidar representações da sociedade civil, inclusive de trabalhadores e de
256 empregadores, bem como convidar profissionais de notório saber na matéria ou especialistas de
257 outros órgãos, para prestarem assessoria às suas atividades e participarem dos subgrupos de
258 trabalho e subcomissões.

259 O GT-Mercúrio deverá identificar e avaliar os impactos causados pela implantação do futuro
260 instrumento vinculante sobre o Mercúrio nas diversas área de utilização e analisar as possibilidades
261 de utilizar substitutos ou alternativas ao uso do Mercúrio.

262 O GT-Mercúrio deverá definir estratégias, planos e propostas em cada setor, respeitadas as
263 especificidades e peculiaridades de cada órgão governamental.

264 **4- Aspectos metodológicos**

265 O GT-Mercúrio se reunirá em plenário ordinariamente a cada dois meses ou extraordinariamente
266 sempre que necessário.

267 O GT-Mercúrio realizará oficinas de divulgação, seminários e palestras, além de outros meios que
268 julgar necessários, com o objetivo de divulgar as negociações e as questões referenetas ao Mercúrio
269 e conscientizar a sociedade civil e o governo em relação aos impactos do Mercúrio sobre o meio
270 ambiente, a saúde humana, o comércio internacional e as atividades que utilizam o produto.

271 O grupo buscará parcerias com a iniciativa privada e com a sociedade civil por meio de
272 organizações de classe e de associações profissionais, organizações não governamentais e
273 movimentos sociais de modo a incentivá-las a participar e a colaborar com os trabalhos do GT-
274 Mercúrio.

275 **5- Prazo e período**

276 O GT-Mercúrio terá prazo trabalho até o final das negociações internacionais, para conclusão dos
277 seus trabalhos, sendo prorrogável para se ater nas questões de implementação do futuro instrumento
278 legal vinculante sobre o Mercúrio, mediante justificativa apresentada pelo seu coordenador a
279 Ministra de Estado do Meio Ambiente.

280 **6. Produtos esperados**

281 Propostas de posições governamentais, estratégias, diretrizes, programas, planos e ações para o
282 desenvolvimento da questão do Mercúrio no país.

283 Conscientização dos setores da sociedade civil, privado e governamental quanto aos impactos do
284 Mercúrio sobre o meio ambiente, a saúde humana, o comércio internacional e as atividades que
285 utilizam o produto.

286 Relatório anual de suas atividades, apresentado ao Ministro de Meio Ambiente, informando sobre
287 as ações realizadas e os resultados alcançados.

288 **7- Orçamento**

289 As despesas necessárias à execução dos trabalhos do GT-Mercúrio serão realizadas pelos órgãos
290 integrantes do grupo, sendo que os representantes da sociedade civil deverão serem apoiados em
291 suas atividades de participação.

292 **8 – Instituições Participantes**

293 - Instituições Membros da CONASQ (favor se nominarem no momento de sua criação)

294 - ABICLOR

295 - PETROBRAS

296 - Departamento Nacional de Produção Mineral

297 - VALE